

bet365

Novos Clientes

Fechar Pub

Registre-se

POLÍTICA

# Entidades do Pará pedem ao STF para ingressar em ação e defender ferrovia Sinop-Miritituba

© 28/04/2022 10:09



Um grupo de entidades de classe do Pará ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com um pedido para integrar a ação movida pelo Partido Socialismo e Liberdade (Psol), a qual resultou na suspensão da implantação da ferrovia Sinop-Miritituba, a “Ferrogrão”. Os processos para implantação do empreendimento estão paralisados desde março de 2021, por decisão do ministro Alexandre de Moraes. O julgamento da ação será feito pelo plenário do Supremo no dia 15 de junho.

As entidades representam segmentos da indústria, comércio, serviços, agricultura e pecuária do Pará. Elas alegam que, se construída, a Ferrogrão resultará em “um forte robustecimento da



internacional, além de fomentar a atividade econômica nas regiões Norte e Centro-Oeste, reduzindo as desigualdades regionais”.

As entidades também rebateram os argumentos do PSOL, de que a exclusão de uma área de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim para passagem da ferrovia resultaria em danos ambientais. “Isto porque, de acordo com informações apresentadas pela Advocacia-Geral da União, a MP 758/16, ao mesmo tempo em que promoveu a exclusão de 862 hectares, dos quais 396 hectares coincidem com a faixa de domínio da BR-163, ampliou os limites da unidade de conservação de proteção integral, com a inclusão de área contígua de aproximadamente 51 mil hectares que integrava originalmente a APA do Tapajós, unidade de conservação de uso sustentável com grau de proteção inferior, resultando assim em ganho ambiental significativo, contrariando a equivocada presunção de prejuízo ambiental alegada”.

As entidades fizeram pedido para ingressar na ação como amicus curiae – “amigo da corte”, terceiro que fornece subsídios ao órgão jurisdicional para o julgamento da causa. Fizeram o pedido a Associação Comercial do Pará (ACP), a Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Pará (FACIAPA), a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, a Federação das Indústrias do Pará, o Sindicato da Indústria da Construção e o Centro das Indústrias do Pará.

Conforme Só Notícias já informou, pesquisadores do **Centro de Sensoriamento Remoto (CSR)** da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) apresentaram um estudo, este mês, com os cenários logísticos para as culturas da soja e do milho, com base na infraestrutura existente hoje e na perspectiva de entrada em operação de ferrovias previstas no Plano Nacional de Logística 2035 (PNL). Uma das possibilidades analisadas é a construção da “Ferrogrão”.

O estudo projeta uma produção de 191 milhões de toneladas de soja em 2035 (41% a mais do que a safra 2020/2021), das quais 130 milhões serão para exportação. A produção de milho, por sua vez, aumentará 47%, alcançando 126 milhões de toneladas em 2035, das quais 43 milhões irão para o mercado externo. Com base nesta perspectiva, os pesquisadores estimaram que apenas com a construção da Ferrogrão, a movimentação no porto de Santarém teria um aumento de 209%, chegando a 41 milhões de toneladas.

“Essa carga adicional é proveniente da expansão da área de atração desse porto sobre municípios que hoje enviam a produção para os portos de Santos e Manaus. Acrescentando apenas o novo trecho da Rumo, que conectaria a BR-163 à RMN (Malha Norte), o resultado é o contrário, com o porto de Santos aumentando sua área de influência e carga em 31 milhões, um aumento por sua vez de 89% em 2035”, cita o estudo.

Os pesquisadores também concluíram que, com as mudanças na distribuição das cargas que chegarão aos portos, haverá alterações proporcionais nas cargas médias das vias existentes. “As hidrovias do rio Amazonas e rio Madeira, que conduzem carga ao porto de Manaus e as ferrovias que direcionam o fluxo de carga ao porto de Santos teriam redução de 50% de suas cargas sob os

cenários que incluem a Ferrogrão. Ademais, a Ferrogrão, com carga média de 35 milhões de toneladas, reduziria em quase 70% o fluxo de carga na BR-163”.



grosso. Além disso, os cenários que incluem a Ferrogrão são os que geram o menor custo de transporte por município, com uma redução de pelo menos 30% em relação ao custo atual.

Segundo dados da Agência Nacional de Transporte Terrestres (ANTT), o investimento previsto para a ferrovia Sinop-Miritituba é de R\$ 8,42 bilhões, podendo chegar em até R\$ 21,5 bilhões de aplicações ao longo da operação. Serão 933 km de trilhos, entre a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Pará, desembocando no Porto de Miritituba.

Ao deferir a liminar, em março do ano passado, o ministro Alexandre de Moraes entendeu que a exclusão de 862 hectares do Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, para passagem da ferrovia, não poderia ter sido concretizada por meio de Medida Provisória (MP) e demandaria a promulgação de “lei em sentido formal”. Em junho deste ano, o STF irá decidir se mantém a decisão de Alexandre, ou se autoriza a retomada dos processos para implantação da ferrovia.

Em agosto de 2021, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse, durante encontro em Sinop, que acreditava em uma reconsideração do STF. “Entendo que temos primeiro o bom direito ao nosso lado. Levamos para o tribunal argumentos que são consistentes e acredito numa reconsideração. Confio que isso vai cair e vamos poder prosseguir. Ela (ação) caindo, a gente consegue terminar o desenvolvimento do projeto, arredondar a porta com os investidores, fazer o leilão e ter sucesso”.

Por outro lado, Martha Seillier, secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), também em agosto do ano passado, afirmou que o governo já tem alternativas para manter o projeto, caso a decisão de Alexandre seja mantida pelo plenário. Uma das opções é fazer a alteração do parque por meio de um projeto de lei aprovado no Congresso. A outra possibilidade seria mudar o traçado da ferrovia, o que, no entanto, resultaria em um custo adicional de R\$ 2 bilhões.

[Receba em seu WhatsApp informações publicadas em Só Notícias. Clique aqui](#)

*Só Notícias/Herbert de Souza (foto: arquivo/assessoria)*